



4682334



00135.209220/2024-57



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

**Ata da 331ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
(CONANDA)**

Datas: 6 e 7/11/2024

Brasília, na data da assinatura.

Nos dias seis e sete do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, no: SCS - Setor Comercial Sul - Quadra 09, Lote C, Torre A, Ed. Parque Cidade - Corporate, Sala Plenária – Brasília DF, foi realizada a Trecentésima Trigésima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente – CONANDA. **Estiveram presentes dia 06/11/2024:** Amanda Anderson de Souza (Ministério da Previdência Social); Ana Cláudia Cifali (Instituto Alana); Antônio Lacerda Solto (CONTAG); Antônio Roberto Silva Passin (FEBRAEDA); Ana Angélica Campelo (Ministério do Desenvolvimento); Bruna Brassanga Borelli Volponi (Ministério da Saúde); Carlos Frederico dos Santos (União Escoteiros do Brasil); Clóvis Alberto Pereira (Organização Nacional dos Cegos); Dayse César Franco Bernardi (NECA); Débora de Carvalho Vigenani (Instituto Fazenda História); Débora Nogueira Bezerra (Casa Silva da Presidência da República); Deila do Nascimento M. Cavalcante (Gabarito de Assessoria Jurídica das Organizações Populares); Denise Santos Aguiar de Sá (Ministério da Cultura); Edilma Nascimento (Ministério da Igualdade Racial); Edmundo Ribeiro Kroger (Central de Educação e Cultura Popular); Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira (Associação Mães na Luta); Eloi Gallon (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil); Erasto Fortes Mendonça (Ministério da Educação); Jéssica Raiany Santos Costa (Secretaria Nacional de Juventude); Lucas Leonam Lima da Silva (Ministério da Fazenda); Lucinete Correa Tavares (Instituto Ecovida); Marcedo Aguiar Cerri (Ministério do Planejamento); Maria Gutenara Martins Araújo (Ministério dos Direitos Humanos/SNDCA); Marina de Pol Poniwas (Conselho Federal de Psicologia); Nathalie Fragozo (Ministério da Justiça e Segurança Pública); Renato César Ribeiro Bonfim (Casa de Cultura ILÊ ASÉ DÓSOGUIÃ); Sérgio Eduardo Marques da Rocha (Aldeias Infantis SOS Brasil); Alanina Pyetra da Silva de Moraes (CPA/RS); Gustavo da Silva Campêlo (CPA/PB); Manuela Kamilly de Souza L. Favacho (CPA/PA); Vitor Nathan Pinheiro Machado (CPA/RS). **Convidados:** Clara Frota (CFEMEA); Júlia Carori (CFEMEA); Ricardo Melo (FNDCA/OAB); Lara Vella (Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde); Laura (Campanha Nem Presa Nem Morta); Daniele Bellettato (CONDEGE); Valquíria (PESTALOZZI); Flávia (FLACSO Brasil); Nancy Torres (FLACSO Brasil); Sarah Figueiredo (FLACSO Brasil); Vitor (CONDEGE); Antonio (CONDEGE); Janaína Souza (CONDEGE); Salete (FLACSO Brasil); Coralina da Silva (Amanda Nunes ANS); Elisa Maria; João Carlos (ONCB); Marisa Izabel (FLACSO Brasil); Paulo (Ministro do Esporte);

Shirley Rocha; José Carlos (SEMAPI SINDICATO); Luis Rodrigues (SEMAPI SINDICATO). **No dia 07/11/2024 estiveram presentes:** Amanda Anderson de Souza (Ministério da Previdência Social); Ana Cláudia Cifali (Instituto Alana); Antônio Roberto Silva Passin (FEBRAEDA); Ana Angélica Campelo (Ministério do Desenvolvimento); Bruna Brassanga Borelli Volponi (Ministério da Saúde); Carlos Frederico dos Santos (União Escoteiros do Brasil); Clóvis Alberto Pereira (Organização Nacional dos Cegos); Dayse César Franco Bernardi (NECA); Débora de Carvalho Vigenani (Instituto Fazenda História); Débora Nogueira Bezerra (Casa Silva da Presidência da República); Deila do Nascimento M. Cavalcante (Gabarito de Assessoria Jurídica das Organizações Populares); Edilma Nascimento (Ministério da Igualdade Racial); Edmundo Ribeiro Kroger (Central de Educação e Cultura Popular); Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira (Associação Mães na Luta); Eloi Gallon (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil); Erasto Fortes Mendonça (Ministério da Educação); Jéssica Raiany Santos Costa (Secretaria Nacional de Juventude); Lucas Leonam Lima da Silva (Ministério da Fazenda); Lucinete Correa Tavares (Instituto Ecovida); Marcedo Aguiar Cerri (Ministério do Planejamento); Maria Gutenara Martins Araújo (Ministério dos Direitos Humanos/SNDCA); Marina de Pol Poniwas (Conselho Federal de Psicologia); Nathalie Fragoso (Ministério da Justiça e Segurança Pública); Renato César Ribeiro Bonfim (Casa de Cultura ILÊ ASÉ DÓSOGUIÃ); Sérgio Eduardo Marques da Rocha (Aldeias Infantis SOS Brasil); Alanina Pyetra da Silva de Moraes (CPA/RS); Gustavo da Silva Campêlo (CPA/PB); Manuela Kamilly de Souza L. Favacho (CPA/PA); Amarildo Baesso (Casa Civil da Previdência da República); Ana Cláudia Neri Botelho (Secretaria Nacional de Juventude); Haímie Carvalho Ressiguiier (Ministério do Esporte). **Convidados:** Ricardo Melo (FNDCA/OAB); Daniele Bellettato (CONDEGE); Valquíria (PESTALOZZI); Flávia (FLACSO Brasil); Nancy Torres (FLACSO Brasil); Sarah Figueiredo (FLACSO Brasil); Lucas Arocha (FLACSO Brasil); Elizangela Neves (FNDCA); Salete (FLACSO Brasil); Ângelo; Antônio Jorge (CONDECA); Jonathan (ACER Brasil); Tayanne Galeno (ALANA); Cláudio J. Fernandes (MNPCFC); Patrick (MNPCFC); Paula (MNPCFC).

Dia 06/11/2024 – Manhã – Abertura da 331ª Assembleia Ordinária do Conanda A Sra. Marina de Pol Poniwas iniciou a reunião com a chamada dos conselheiros e participantes, que realizaram suas autodescrições, dando sequência à apresentação da **pauta dos dias seis e sete de novembro de dois mil e vinte e quatro**: Abertura da 331ª Assembleia do Conanda; A) Chamada dos conselheiros e participantes da reunião para autodescrição; B) Leitura da Ordem do dia Informes da Secretaria Executiva; C) Relatoria do Comitê de Participação de Adolescentes – CPA/Conanda; D) Relatoria do GT de Proteção, Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes em Situação de Orfandade; E) Relatoria da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar; F) Relatoria da Comissão de Orçamento e Finanças; G) Encerramento do primeiro dia da 331ª Assembleia Ordinária do Conanda. 2. Continuação da 331ª Assembleia do Conanda; A) Chamada dos conselheiros e participantes da reunião; B) Leitura da Ordem do dia; C) Relatoria do GT para elaboração da Política Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ambiente Digital; D) Relatoria da Comissão de Mobilização Apresentação do projeto Caravana pelos Direitos da Criança e do Adolescente – Flacso Brasil; E) Apresentação do Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária (MNPCFC); F) Apresentação das estratégias de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, em elaboração pelo órgão; G) Relatoria da Comissão de Políticas Públicas; H) Encaminhamentos finais da assembleia; I) Encerramento da 331ª Assembleia Ordinária do Conanda. Em seguida, iniciou-se a discussão sobre o

impacto das inundações no Rio Grande do Sul. O relato de uma situação grave foi dado pela Secretaria de Educação, com 119 mil estudantes de regiões afetadas ainda sem aulas. A situação levou a um ano letivo comprometido para muitos adolescentes, que não puderam retornar às escolas devido às condições extremas. A Secretaria do Estado, em resposta, destinou mais de R\$ 7,2 milhões para a reconstrução das escolas, sendo o quinto repasse emergencial para a recuperação dos danos. O governo do estado, por meio do programa Agiliza, destinou recursos para reparos e aquisição de materiais escolares, visando a recuperação de 2.320 escolas estaduais afetadas. A previsão era de que muitas dessas escolas retomassem as atividades presenciais, com um grande número de estudantes sendo impactados pela interrupção do ano letivo. A reunião tratou de diversos pontos importantes sobre a organização e distribuição de doações, especialmente em relação às 15 mil toneladas de alimentos, roupas e outros itens arrecadados. O Sr. Renato César Ribeiro Bonfim criticou a situação das 5 mil toneladas que não foram doadas, ficando armazenadas nos depósitos dos Correios, que abriram um edital para a sociedade civil. Considerou isso uma "aberração" e ressaltou que essas doações deveriam ser sistematicamente planejadas e entregues às pessoas que mais precisam, como os moradores do Rio Grande do Sul. Fez um apelo para que as autoridades envolvidas, como os Ministérios do Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, planejem melhor a dinâmica de distribuição e criem uma estrutura de prevenção, uma vez que a situação pode se repetir no futuro. A Sra. Amanda Anderson de Souza, por sua vez, explicou que a situação ocorreu devido à falta de espaço nos depósitos das prefeituras e do governo estadual, que não tinham onde armazenar as doações. Destacou que, apesar de o governo federal ter feito sua parte, a dificuldade foi o recebimento e distribuição dos itens pelos governos locais, sendo necessário um ajuste entre as esferas federal, estadual e municipal para evitar esse tipo de problema no futuro. Em seguida, a pauta abordou o trabalho do GT, Grupo de Trabalho, sobre Orfandade, com a relatoria da Sra. Amanda Anderson de Souza. Comentou sobre a reunião de 22 de outubro, onde foram discutidas as dificuldades de alinhar informações sobre a aprovação de óbitos e orfandade nos sistemas, e destacou o trabalho da ARPEN, Associação dos Registradores de Pessoas Naturais, que está criando um painel de dados sobre orfandade, o qual poderia ser útil para proteger as crianças. A reunião também tratou de elaborar um texto legal sobre auxílio imediato para órfãos, com a colaboração do Judiciário e do Governo Federal, com o objetivo de estabelecer fluxos claros para garantir que as ações cheguem de forma eficaz às crianças necessitadas. A Sra. Amanda Anderson de Souza também anunciou a organização das reuniões ampliadas sobre o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Ressaltou que todos os conselheiros devem preencher o formulário de inscrição para participar das reuniões, onde serão discutidos os eixos do plano, como prevenção ao afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias, e a qualidade dos serviços de acolhimento. Destacou a importância de garantir uma boa organização para essas reuniões, com a participação dos especialistas e conselheiros. Por fim, a Sra. Amanda Anderson de Souza detalhou os próximos passos das reuniões ampliadas, que aconteceriam em novembro e dezembro, e a necessidade de confirmar a participação de todos os envolvidos para garantir a eficácia das discussões e ações planejadas. **Dia 06/11/2024 – Tarde:** Na reunião, o Sr. Antônio Lacerda Solto iniciou a pauta com um breve relato sobre a COFI, explicando que não havia novos temas ou propostas para discussão. No entanto, a comissão discutiu os encaminhamentos dos projetos em andamento. Entre os principais pontos abordados, destacou a proposta de

juntar dois projetos em um só: um diagnóstico nacional sobre crianças e adolescentes de povos indígenas e a criação de um manual para a disseminação das resoluções do Conanda de 2018, 2023 e 2026. A responsabilidade pela elaboração desse material foi delegada à Sra. **Nathalie Fragoso**, com a expectativa de que o trabalho seja realizado, possivelmente, no próximo mandato. Outro tema discutido foi a atualização da Resolução 3.7. Foi sugerido que a comissão iniciasse ajustes, mas ficou claro que seria necessário mais tempo para aprofundar a discussão. A atualização deveria considerar também as demandas do Fona Criado relacionadas ao apoio ao sistema socioeducativo. A possibilidade de criar um Grupo de Trabalho, GTE, para lidar com a atualização da resolução foi levantada, dado a relevância do tema. Foi marcada uma reunião para o dia 13, às 10h, para discutir a resposta à CGU sobre a gestão de recursos. Durante a reunião, foi ressaltado que alguns recursos, como os destinados à compra de lanchas para o Marajó, não haviam sido empenhados, gerando desgaste político e frustrando as expectativas. Além disso, foi discutido um seminário promovido pela Sra. **Nathalie Fragoso** sobre a captação de recursos para crianças e adolescentes. Durante o evento, foi abordada a necessidade de um edital específico para o enfrentamento da letalidade infantil, mas o recurso ainda não foi liberado. A questão do Fona Criado também foi levantada, com a comissão propondo um diálogo com os conselhos estaduais para garantir que as questões orçamentárias relacionadas ao Sinase sejam adequadamente atendidas, e sugerindo que representantes do Fona Criado participem da próxima reunião da COFI. Durante a reunião, fez-se uma intervenção sobre a relação entre os direitos dos adolescentes no sistema socioeducativo e os direitos dos trabalhadores. Destacou-se que não há conflito entre essas questões, defendendo a importância de garantir boas condições de trabalho para os profissionais, sem prejudicar os direitos dos adolescentes. Também mencionou os desafios enfrentados pelas unidades, como sucateamento e falta de profissionais, além da crescente participação dos trabalhadores na construção de políticas públicas de socioeducação. A Sra. Marina de Pol Poniwas reiterou o compromisso do Conanda com a garantia de direitos de ambos, reconhecendo que as condições de trabalho dos profissionais são fundamentais para garantir os direitos dos adolescentes. Logo após, o Sr. Clóvis Alberto Pereira ressaltou a importância da colaboração entre o Conanda e as entidades envolvidas nas questões socioeducativas. Sugeriu uma reunião urgente para avaliar as demandas do Fona Criado e discutir a utilização de recursos do fundo. Também apontou a necessidade de dar respostas rápidas sobre os recursos não empenhados, como no caso dos recursos destinados ao Marajó, e sugeriu que a secretária atualizasse o balanço financeiro para que a comissão pudesse tomar decisões rápidas. A reunião tratou, assim, da continuidade de projetos em andamento, da atualização de resoluções importantes e da gestão de recursos destinados à política de direitos das crianças e adolescentes. A COFI propôs ações urgentes, como a criação de grupos de trabalho, e discutiu a importância de fornecer respostas rápidas e eficazes às demandas políticas e operacionais. Durante a reunião, foi discutida a Nota Técnica sobre a Publicidade Inadequada de Crianças e Adolescentes em Estádios de Futebol, com foco principalmente nos Jogos do Brasileirão 2024. A proposta inicial foi ampliada para incluir outros eventos esportivos e culturais onde a presença de crianças e adolescentes é relevante, como sugerido pela Sra. Dayse César Franco Bernardi. A nota visa alertar sobre a publicidade direcionada a esse público, especialmente em relação a apostas e outras formas de publicidade nociva. O Sr. Clóvis Alberto Pereira ressaltou a importância de tratar da publicidade de maneira geral, destacando que a questão das apostas estava se

tornando um problema recorrente, mais prejudicial do que outras formas de publicidade imprópria. Sugeriu que a nota fosse transformada em uma resolução para dar mais peso e abrangência ao tema. Também mencionou a necessidade de revisar a classificação indicativa, pois a remoção da terminologia "jogos de azar" no novo guia da classificação indicativa poderia afetar as ações de regulamentação. A Sra. Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira, preocupada com a situação, mencionou que a publicidade de jogos de apostas está disseminada em diversos campeonatos, e que isso tem um impacto muito negativo na juventude, sendo muito mais grave que outras publicidades como a de serviços de acompanhantes, que também devem ser abordadas. Sugeriu que, além de considerar a publicidade nos estádios, seria importante olhar o impacto dessas publicidades em outras plataformas de comunicação, como televisão e redes sociais, ressaltando que o foco deve ser a proteção dos direitos da infância e adolescência. A Sra. Dayse César Franco Bernardi e o Sr. Eloi Gallon propuseram que a redação da nota fosse ajustada para incluir competições e eventos culturais, além de esportivos. A Sra. Ana Cláudia Cifali também concordou com a ideia, mas levantou dúvidas sobre como incluir de forma adequada os espaços culturais, já que são diferentes dos esportivos. Apesar disso, não viu problema em manter essa inclusão na nota. Foi consenso entre os participantes que a questão das apostas deve ser abordada com urgência, e que o foco principal da nota deve ser a publicidade de jogos de aposta, devido aos riscos que representa para o público jovem. Foi sugerido que a nota fosse aprovada com as modificações propostas, encaminhada para os responsáveis e, no futuro, fosse possível pensar em uma resolução mais ampla sobre o tema. **Dia 07/11/2024 – Manhã:** A abertura da reunião foi realizada pela Sra. Ana Cláudia Cifali. Em seguida, foi informado que um formulário foi aberto com o intuito de colher impressões e contribuições, especialmente de ministérios e organizações da sociedade civil, sobre o tema do ambiente digital. Sequencialmente, a Sra. Maria Gutenara Martins Araújo apresentou uma síntese dos resultados das consultas realizadas nas últimas semanas. Durante essas consultas, o Grupo de Trabalho manteve diálogos com o Conselho de Política Ambiental e ouviu empresas atuantes no ambiente digital, visando identificar sugestões e preocupações dessas entidades em relação à política em desenvolvimento. A Sra. Ana Cifali detalhou como o texto da proposta estava sendo elaborado e como as contribuições recebidas seriam utilizadas para definir o formato final da política. A Sra. Lucinete Correa Tavares também fez sua exposição sobre as discussões do Grupo de Trabalho e a construção da política nacional de proteção dos direitos de crianças e adolescentes no ambiente digital. A Sra. Lucinete Correa Tavares relatou que, em 22 de outubro de 2024, o grupo temático realizou uma reunião por meio da plataforma Teams, coordenada pela Sra. Maria Gutenara Martins Araújo e pela Sra. Ana Cifali. O encontro contou com a participação de representantes de diversos ministérios e organizações da sociedade civil. Na reunião, foram discutidos temas relativos à proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, abordando questões como os riscos e oportunidades das telas, a proteção contra abusos e a promoção de um uso equilibrado da tecnologia. A discussão também incluiu a contribuição da Sra. Raissa Rodrigues, do Conselho de Política Ambiental, que trouxe à tona questões sobre segurança digital, como o uso do aplicativo Discord em ataques a escolas, e o aumento da dependência de jogos digitais durante a pandemia. A proposta foi construída com base em uma série de encontros e contribuições, organizados em duas etapas: uma de discussões temáticas, tratando de temas como violência digital, inclusão digital e educação midiática, e outra de construção de propostas. A Sra. Lucinete

Correa Tavares destacou que um questionário foi enviado a diversas instituições, com o intuito de coletar contribuições essenciais para a sistematização dos resultados. Além disso, foram realizadas oficinas presenciais e virtuais para discutir e aprimorar as propostas em elaboração, com o objetivo de criar uma política digital que assegurasse a proteção dos direitos das crianças e adolescentes. A sistematização das contribuições incluiu a ênfase na criação de diretrizes voltadas à capacitação da comunidade escolar em letramento digital e à proteção contra a exclusão digital, levando em consideração as vulnerabilidades de grupos específicos, como crianças negras, indígenas e com deficiência. A proposta também sublinhou a necessidade de garantir a transparência nas plataformas digitais, evitar o uso excessivo de dispositivos e assegurar a participação ativa das crianças e adolescentes na formulação e implementação da política. Outros eixos discutidos incluíram a verificação de idade nas plataformas digitais, a criação de glossários e a promoção de acessibilidade. Foi destacada a importância de estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação da política, assim como a criação de um comitê intersetorial para garantir a articulação das ações entre diferentes órgãos e a participação da sociedade civil. A Sra. Lucinete Correa Tavares enfatizou que o grupo estava buscando formas de integrar as ações já existentes, sem criar novas políticas, mas aprimorando as que já estão em andamento, como as voltadas para o enfrentamento da violência sexual, do trabalho infantil e das apostas online. Também foram discutidas formas de garantir a participação de crianças e adolescentes, especialmente em processos de consulta pública, para que suas vozes fossem ouvidas na construção da política. No decorrer da reunião, foi levantada a questão sobre a criação de um fluxo para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência no ambiente digital. Esse processo poderia ser atribuído ao Pacto Nacional de Escuta e Proteção, com a finalidade de garantir que as diretrizes e ações da política fossem aplicadas de forma estruturada e eficaz, com a participação de todos os envolvidos. Foi acordado que o trabalho do comitê seria revisado periodicamente, e que os resultados das consultas públicas seriam incorporados, visando garantir a evolução contínua da política de proteção dos direitos das crianças e adolescentes no ambiente digital. A reunião também abordou questões relacionadas às políticas de proteção e acolhimento de crianças e adolescentes, incluindo uma dúvida sobre a terminologia a ser utilizada nas políticas. Foi sugerido que, ao invés de "acolhimento institucional", utilizasse-se o termo "acolhimento", ou "acolhimento institucional e familiar", caso fosse necessário especificar. A Sra. Débora Nogueira Bezerra agradeceu a contribuição e a discussão seguiu com a participação do Sr. Clóvis Alberto Pereira, que ressaltou a importância de uma abordagem interseccional, envolvendo diversos ministérios e assegurando a participação social e o controle social, como mencionado pela Sra. Marina de Pol Poniwas. O Sr. Clóvis Alberto Pereira enfatizou que a participação da sociedade civil, incluindo crianças e adolescentes, é essencial em todas as etapas do processo. A Sra. Salete agradeceu pela coordenação e participação do grupo e refletiu sobre o trabalho conjunto. Observou que o grupo começou com um número reduzido de participantes, mas, com a contribuição de diversos especialistas, está crescendo e ganhando força, dada a complexidade das diretrizes que envolvem múltiplos ministérios. A Sra. Salete também abordou a estratégia para eliminação das violências contra crianças e adolescentes, que é um esforço conjunto com o Ministério da Justiça e a UNODC. Essa estratégia se baseia em um quadro conceitual que reconhece a necessidade de intervenções coordenadas, levando em conta o ecossistema das violências e a complexidade do contexto. Iniciado dentro do Ministério da Justiça, esse trabalho agora

envolve vários ministérios e entidades. A Sra. Flávia, que coordenou a parte técnica do projeto, apresentou dados sobre um estudo em andamento, focado nas conferências e políticas de proteção. Destacou o levantamento dos documentos históricos das conferências, com ênfase na análise das resoluções e na evolução das políticas públicas. A Sra. Flávia também apresentou um "mapa de calor", que ilustra as principais categorias e temas abordados nas conferências, como trabalho infantil, violência sexual, convivência familiar e comunitária, e outros temas transversais. Este mapa serve como representação gráfica da incidência de cada tema nas conferências, com base na intensidade das discussões. O trabalho tem como objetivo documentar a história das políticas e fornecer subsídios para o aprimoramento das políticas atuais, com base nas resoluções passadas e nas necessidades emergentes. **Dia 07/11/2024 – Tarde:** A Sra. Flávia iniciou sua fala expressando profundo agradecimento e parabenizando todos os envolvidos pelos esforços em promover a participação e a qualidade técnica no trabalho relacionado aos direitos da criança e do adolescente. Destacou a relevância da escuta e da colaboração entre as diferentes partes envolvidas, ressaltando que a união de esforços é essencial para alcançar resultados eficazes. A Sra. Flávia também enfatizou a importância de se trabalhar com generosidade, agradecendo aos parceiros, como o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conanda, pela colaboração e apoio contínuos. Ainda destacou as dificuldades enfrentadas pelas diversas regiões do país devido à diversidade de cada território, mas reafirmou o compromisso de superar esses desafios por meio de um trabalho técnico e uma escuta atenta às necessidades locais. O Sr. Antônio Jorge, em um discurso emocionado, compartilhou sua trajetória e a importância da luta pelos direitos da infância no Brasil. Relatou sua participação em conferências e seu apoio ao processo de desinstitucionalização das crianças, reforçando a importância da convivência familiar e comunitária, em vez dos modelos institucionais. O Sr. Antônio Jorge expressou a esperança de fortalecer ainda mais o movimento e ressaltou a relevância da colaboração entre diversas entidades, como o governo, os movimentos sociais e as organizações não governamentais, ONGs, para garantir os direitos das crianças e adolescentes. O Movimento Nacional pela Convivência Familiar e Comunitária foi destacado como exemplo de trabalho conjunto e transformação. Foram enfatizados os processos de desinstitucionalização e a criação de políticas públicas que garantem os direitos das crianças e adolescentes. O papel do Conanda foi reconhecido como fundamental, sendo as parcerias ao longo do tempo celebradas como essenciais para o sucesso das iniciativas. Foi anunciado o lançamento de um evento e uma entrega simbólica do Movimento Nacional pela Convivência Familiar e Comunitária, com o objetivo de reforçar a importância da convivência familiar e celebrar os 20 anos do movimento. Uma homenagem foi entregue ao Conanda, reconhecendo o trabalho da entidade na promoção dos direitos da criança e do adolescente. A Sra. Flávia, em seu discurso, expressou sua gratidão pelo trabalho coletivo realizado em prol dos direitos da criança e do adolescente, destacando o impacto positivo da colaboração entre diferentes parceiros, como o Conanda, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNICEF, e o Instituto C&A. Mencionou uma reunião significativa, onde, com flexibilidade e boa vontade de todas as partes envolvidas, foi possível redesenhar um projeto importante para a causa. Enfatizou a importância dessa parceria, que contou com o comprometimento de todos os envolvidos, incluindo sociedade civil, empresas e governo. Agradeceu aos organizadores do evento e destacou o papel fundamental do Conanda na promoção de políticas públicas voltadas para a convivência familiar e comunitária. A Sra. Dayse César

Franco Bernardi, também emocionada, falou sobre a importância da colaboração entre sociedade civil e Estado, destacando que a união dessas forças é essencial para garantir a centralidade da criança nas políticas públicas. A Sra. Dayse César Franco Bernardi solicitou aos conselheiros que se inscrevessem para a reunião ampliada, reforçando a necessidade de participação ativa na construção das políticas. O Sr. Sérgio, membro do movimento, registrou a importância da convivência familiar e comunitária e o trabalho realizado pelo movimento nacional ao longo dos anos. Recordou que, em 2010, assumiu a coordenação da Conferência Nacional da Convivência Familiar e Comunitária e destacou a contribuição da parceria com o Conanda para o sucesso da iniciativa. O Sr. Gustavo Campello agradeceu a essas pessoas, ressaltando a importância do apoio constante e do reconhecimento do potencial dos adolescentes. Finalizou sua fala afirmando que, apesar de não poder continuar na próxima gestão, continuará grato por todo o aprendizado e apoio que recebeu. Por fim, foi decidido que a homenagem de aplauso e louvor seria ampliada, reconhecendo não apenas o trabalho das meninas da FLACSO Brasil, mas também o impacto do CPA, uma ferramenta essencial para a construção de um Brasil melhor, com foco na criança e no adolescente. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão.

Presidente Marina De Pol Poniwas
Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA



Documento assinado eletronicamente por **Marina de Pol Poniwas**, **Usuário Externo**, em 17/12/2024, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4682334** e o código CRC **64CBF3E2**.

Referência: Processo nº 00135.209220/2024-57

SEI nº 4437849